

Manaus, crise e territorialidade: o espaço-tempo dilacerado

Rodrigo Capelato¹, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
rodrigo_capelato@hotmail.com

Renata Carrero Cardoso², Universidade Federal do Rio Grande do Sul
recarrero@gmail.com

Resumo:

A produção do espaço urbano de Manaus vai além da sua forma construída ao longo dos tempos, nos levando a refletir a respeito de uma série de relações aí imbricadas. O presente artigo lança o desafio em desvendar a chamada Manaus estagnada, período letárgico da história, compreendido entre 1920 e 1967, emoldurado pelo esfacelamento da economia da borracha como protagonista e, que a partir dele passa irradiar uma série de eventos sociais, políticos, econômicos, culturais e territoriais, na tentativa de continuar existindo e resistindo diante da referida crise, fundamentados em um específico tripé: a destruição das formas espaciais existentes (iniciada no período áureo da borracha), a criação das resistências (enquanto sobrevivência na cidade) e a reconstrução de formas e conteúdos espaciais dotados de novas dimensões e significados. O referido período insere a Amazônia e, conseqüentemente a cidade de Manaus na condição de um território arquipélago de oligarquia regional, que colheu o apogeu, o declínio e a crise, chegando a ser considerada “região problema” onde, apesar de inserida no chamado Ciclo de Nação e Desenvolvimento, só será animada no período da Ditadura Militar (1964 a 1985), partindo inicialmente de um projeto de consolidação fronteiriça, fundamentada na ideia da segurança nacional, e que teve como efeito uma industrialização tardia, manca e incompleta, materializada pela Zona Franca que, devido ao hiato temporal aqui estudado, encontrou uma Amazônia dilacerada, orquestrada pela alta concentração fundiária, a ocupação desordenada de terras públicas, a expropriação de populações tradicionais, a invasão de terras indígenas, o desmatamento, a enorme desigualdade social, entre outras realidades que perduram desde a sua instalação até os dias atuais, reforçando o projeto inicial de modernidade, em momento algum esteve preocupada em preservar aquilo que tinha (e ainda tem) de diferente: o seu patrimônio natural e cultural que ao contrario, foi (e ainda está sendo) destruído na tentativa de construir uma imagem de urbe contemporânea, de modo a garantir um lugar na rede de cidades globais, fortalecendo a uniformização dos costumes que, entre o desenvolvimento econômico, urbano e social, passa a oferecer a população um modelo de cidade *standard*, que atropela e extermina suas identidades, clonando experiências urbanas, promovendo franquias da paisagem e imagens consensuais que transformam a cidade em mercadoria e, por espelhamento, seus habitantes em consumidores. Na vasta bibliografia existente sobre o projeto desenvolvimentista do Brasil, pouco se fala de uma população amazônica, e quando citada, posiciona a região, em quase todos os casos, em uma periferia primitiva e atrasada, inóspita, de vazio demográfico, com uma hidrografia de potencial energético, um território que só serviu de exploração e exportação da economia primária, e também, como sumidouro para os excedentes populacionais que eram expulsos pela mecanização da agricultura e pela concentração da posse de terra em locais como o Paraná e o nordeste do Brasil. A dimensão de perda evidenciada até aqui nos convida a juntar os cacos da história de Manaus que, apesar das poucas fontes, ajuda a esclarecer de onde viemos, como chegamos até aqui e principalmente, para onde estamos indo.

Palavras Chave: Manaus, Crise, Planejamento Urbano, Gestão do Território.

¹ Arquiteto e Urbanista, graduado pela Universidade Metodista de Piracicaba (2000), mestre em Sociedade e Cultura pela Universidade Federal do Amazonas (2008) e atualmente cursa doutorado no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS). Professor da Universidade Federal do Amazonas, atuando nos campos de investigação do planejamento e do desenho urbano, dos espaços públicos e suas apropriações, da gestão do território e da cultura urbana. Membro do Grupo de Pesquisa Identidade e Território (GPIT/UFRGS/CNPq) e Cidades, Culturas Populares e Patrimônio (NAURBE/UFAM/CNPq).

² Arquiteta e Urbanista, graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011) e atualmente cursa mestrado no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS). Membro do Grupo de Pesquisa Identidade e Território (GPIT/UFRGS/CNPq).

1.0 INTRODUÇÃO:

Fiz o que pude para aprender e compreender sobre a vida na Amazônia, região pela qual peguei um amor profundo à primeira vista em fevereiro de 1940 (...) dei aulas e conferências e escrevi artigos para informar gente interessada e responsável sobre as realidades ecológicas, dos povos indígenas (...) e para sensibilizá-las contra as consequências desastrosas de um “desenvolvimento” moderno na região, baseados em conceitos e métodos originados em zonas geográficas, climáticas etc... bem diferente do globo. (...) Ao meu ver o verdadeiro problema consiste em uma corrida dramática e nefasta, à qual assistimos, entre dois competidores. Qual desses dois terá êxito: a destruição finalmente total da vida na Amazônia (mais tarde no planeta inteiro), ou o colapso desta civilização devastadora? Será que a tarefa dos atuais defensores da Amazônia se restringe, por isso, a dar alento às realizações dos projetos e empreendimentos “desenvolvimentistas” para ampliar a chance do segundo competidor do colapso desta civilização de ganhar a corrida?

Harald Sioli

Partindo da certeza de que as transformações ocorridas na sociedade se materializam no espaço, este artigo pretende investigar um evento peculiar, responsável pela formação territorial e social da paisagem amazônica, que perdura até os dias de hoje.

Nesta direção, enquanto “espaço”, apresentamos a cidade de Manaus que, ao longo do tempo, registrou um território carregado de uma série de anacronismos e defasagens a serem considerados a partir das desigualdades socioespaciais que resultaram (e ainda resultam) em distorções e disfunções em uma sociedade na qual os eventos se tornam fatores mal controlados e passam a exercer efeitos diversos e por vezes inversos. Esses eventos são quase sempre impostos, o que não significa que são homogêneos enquanto espacialidade, pois esta revela as mais diferentes estratégias dos diversos agentes produtores do espaço urbano que buscam a partir das condições concretas defenderem seus interesses. Enquanto “tempo”, revelo a chamada “Manaus estagnada”, período compreendido entre 1920 e 1967, marcado por situações conjunturais que atingiram o vivido e determinaram espacialidades diversas, impostas pela modernização, tanto para homens, mulheres, empresas e instituições³.

No período analisado, são diversos os agentes produtores do espaço urbano e, consequentemente do território manauara, porém, na tentativa de desvendar a cidade a partir de uma totalidade, o poder, articulado a partir do Estado, passa a emoldurar as reflexões aqui propostas. Afinal, conforme Lefebvre (1977) é no nível do Estado que se situam os pensamentos estratégicos que utilizam, bem ou mal, consciente ou inconscientemente, as forças econômicas, sociais, ideológicas e políticas de que os atores dispõem. Souza (2000) reforça e retoma essa questão, quando afirma que o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.

No entanto, apesar de evidenciar o papel do Estado, por meio das políticas públicas, ao mesmo tempo, será verificado o entendimento das determinações do cotidiano, de onde podem emergir relações sociais que não se tornaram vencedoras, mas que se colocaram em determinado momento histórico como possibilidade de surgimento de outras formas de territorializações.

[...] territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 2000, p.81)

Milton Santos (1996), seguindo os passos do geógrafo americano Edward Soja (1989) e do filósofo Henri Lefebvre (1976), realizou uma importante análise sobre os efeitos do processo de reestruturação produtiva do território e propôs uma revisão onde destaca que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele um objeto de análise social”. O reconhecimento do território como espaço social aproxima referenciais da economia regional, que focam os processos econômicos e políticos-institucionais como referência de sua constituição. Para Singer (1977) a abordagem do desenvolvimento econômico sob o ângulo da evolução urbana

³ A referida análise periodizada da cidade de Manaus está relacionada ao processo de evolução sócio espacial, sendo possível integrar padrão e processo, forma e função, espaço e tempo.

permite enfocar com maior acuidade os seus efeitos integrativos sobre a economia do país, reforçando a organização do território como pressuposto do conhecimento e das transformações dos processos produtivos ao longo da história do Brasil. Assim, o território passa a ser a dimensão espacial do processo de desenvolvimento e a cidade como uma inovação técnica de dominação e de organização da produção.

Em Manaus, este território é carregado de inúmeras controvérsias etimológicas e nasce com dupla conotação, uma material e outra simbólica, e “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004).

Portanto, neste trabalho, o território vai além do tradicional, buscando evidências que partem do concreto, enquanto dominação, porém, indissociável do sentido simbólico de apropriação (Lefebvre, 1986), passando a ser mais interessante enquanto múltiplo (diverso e complexo), inverso ao unifuncional, proposto pela lógica capitalista hegemônica⁴.

[...] o espaço econômico socialmente construído, dotado não apenas dos recursos naturais de sua geografia física, mas também da história construída pelos homens que nele habitam, através de convenções e valores e regras, de arranjos institucionais que lhe dão expressão e formas sociais de organização da produção, com estruturas de poder e dominação. Como espaço social, o território é um campo de forças políticas conflituosas, com estrutura de poder e dominação. Assim, o território é o lócus de produção de bens e reprodução de capital, que se manifesta em arranjos institucionais do poder instituído, embora mutante, que abriga conflitos de interesses e formas de ação coletiva e de coordenação. (DINIZ e LEMOS, 2005, p.175)

Para Lefebvre (1986), dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, esta última deveria prevalecer sobre a primeira, mas a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a primeira sobrepujasse quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva “reapropriação” dos espaços, dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria.

Na intenção de encontrar um fio condutor que emoldure todas as possibilidades de análise acima descritas, o referido artigo segue, enquanto método, a partir de uma perspectiva histórico-cronológica a fim de evidenciar tanto os eventos pretéritos – que justifique o período analisado – como também os desdobramentos desse período para futuras reflexões.

1.1 Cronologia Síntese:

Nesta abordagem, a evidente relação tempo-espaço sugere uma cronologia que se preocupa em sobrepor dois eventos distintos, sendo o primeiro os três Ciclos de Desenvolvimento do Brasil (CORDEIRO, 2014), e o segundo os Ciclos de Desenvolvimento de Manaus, a fim de evidenciar a posição dos fatos (enquanto evento) e seus respectivos efeitos (enquanto territorialidades).

Compreender o espaço urbano significa identificar não apenas os mecanismos que se colocam em funcionamento o sistema social, mas também as várias dimensões por meio das quais o sistema social se espacializa na cidade. Ao se identificar os modos como os vários agentes produtores do espaço urbano se espacializam na cidade, é possível ver o que se esconde atrás da paisagem visível, ou seja, é compreender a inter-relação processo e forma, o que significa, do ponto de vista geográfico, a descrição seguida da análise da paisagem.

Assim, de forma “encaixada” e sobreposta, reforça a intenção deste artigo em desvendar a Manaus estagnada (1920-1967), afinal, entre o apogeu da borracha e a implantação da Zona Franca, Manaus registrou um hiato temporal junto ao processo de desenvolvimento do Brasil. Porém, apesar da pouca bibliografia, a cidade não parou e apesar da crise, continuou tentando, e junto trouxe novos atores sociais e, conseqüentemente, novas territorialidades.

⁴ O espaço trabalhado por Lefebvre é “um espaço feito território” através dos processos por ele denominados de apropriação (que começa pela apropriação da própria natureza) e dominação (mais característica da sociedade moderna, capitalista).

Manaus, crise e territorialidade: o espaço-tempo dilacerado

Urbanisation in Latin America: Exclusion, Marginality and Conflict
Regional Studies Association – Latin America Division Conference

Ciclos de Desenvolvimento Brasil x Manaus

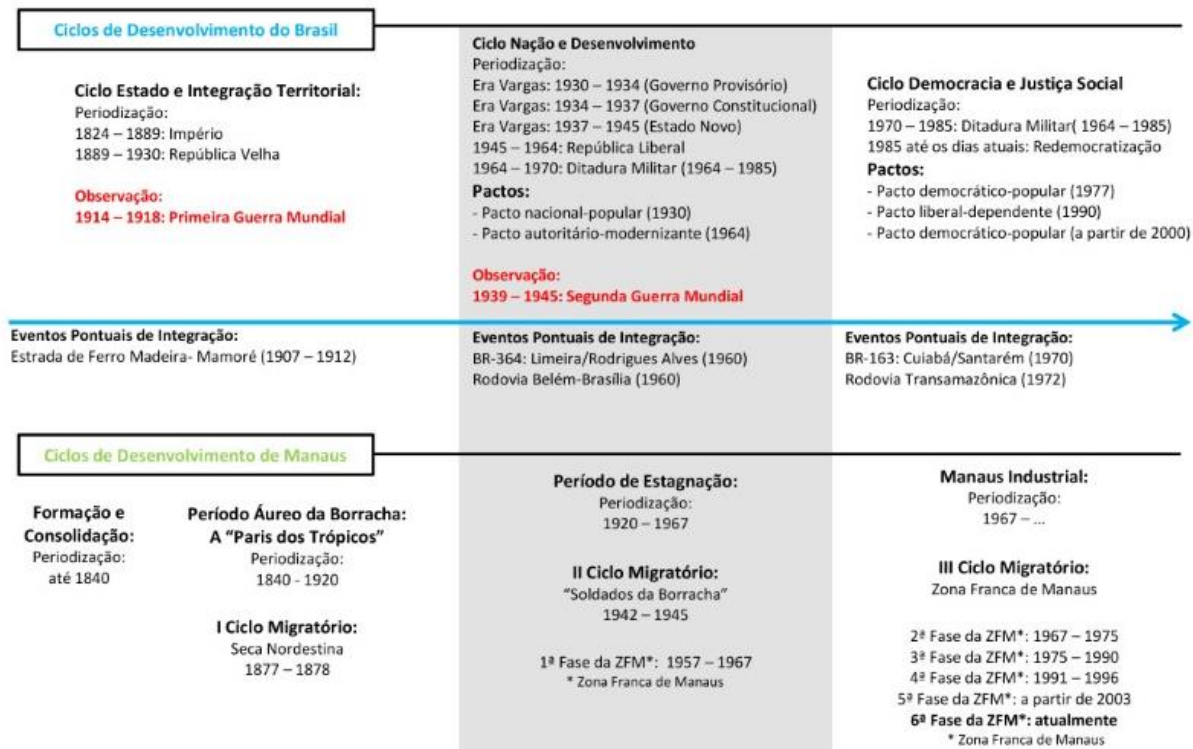


Figura 1: Cronologia Síntese.

O referido período estudado (faixa cinza) evidencia um “descolamento” cronológico entre os eventos registrados em âmbito Nacional e o desenvolvimento da Região Amazônica, especialmente da cidade de Manaus.

Fonte: Elaborada pelo autor.

2.0 MANAUS: DA SELVA À MODERNIDADE⁵

[...] da selva, em pouco tempo, uma aldeia, depois um arraial, mais tarde o lugar, a vila e a cidade finalmente. Manaus é assim o produto precário e autêntico da falta de planificação, de organização, a resultante de uma provisória concentração ativa que não teve tempo suficiente para corrigir os defeitos todos do passado. Poderíamos mesmo declarar que a cidade não teve adolescência, se isso não importasse numa audaciosa maneira de sentir o fenômeno urbano. Passou da infância, num salto perigoso, sem as evoluções naturais, para maturidade. De repente achou-se envolvida no cosmopolitismo, sustentada pela força nutriz da economia predatória. (MONTEIRO, 1948, p. 19)

2.1 Formação e consolidação (até 1840):

Assim como as demais cidades amazônicas, Manaus também se formou às margens dos rios, mais precisamente na “boca” do Rio Negro, posição estratégica que lhe permitia servir como base de observação contra possíveis invasores e, assim, garantir o domínio da coroa portuguesa na região (CARNEIRO FILHO, 1998). O povoado que se desenvolveu em torno da Fortaleza de São José do Rio Negro tinha o rio como meio essencial na garantia de sua subsistência, através da pesca de peixes e tartarugas, sendo as transações comerciais realizadas diretamente em suas margens. Mais do que isso, os rios eram utilizados como principais elementos de recreação pública (principalmente em função dos banhos), como fonte de abastecimento de água (para consumo humano e serviços domésticos) e como elemento de transporte (BITTENCOURT, 1999).

Ainda um arraial, Manaus era assim o fruto das tendências estéticas próprias do amazoníndio: abarracamentos pitorescos de palha de inajá e de buçu, sem simetria, num amontoado promíscuo, como se uma civilização, chantada apressadamente na clareira da mata virgem, tivesse fome de horizontalidade e se improvisasse numa comunidade ativa. (MONTEIRO, 1948, p. 33)

⁵ Os eventos aqui apresentados ocorrem concomitantemente aos Ciclos de Desenvolvimento do Brasil, apresentados anteriormente (ver cronologia síntese).

Manaus, crise e territorialidade: o espaço-tempo dilacerado

Urbanisation in Latin America: Exclusion, Marginality and Conflict
Regional Studies Association – Latin America Division Conference



As casas, isoladas ou em pequenos agrupamentos, caracterizavam-se por construções em palafitas, margeando os igarapés e confundindo-se com as paisagens verdes. Pouco a pouco, o povoado inicial vai adquirindo feições de vila, com ruas e praças, ainda que lamacentas, para abrigar o desenvolvimento de suas atividades e de sua população, correspondendo ao que Monteiro (1948) denominou de um “urbanismo improvisado”.



Figuras 2 e 3: A cidade conforme descrição dos viajantes. Em destaque o Igarapé do Espírito Santo, onde mais tarde se construiu a Avenida Eduardo Ribeiro e o Porto.

Fonte: Centro Cultural dos Povos da Amazônia - CCPA.



Figuras 4: Cópia da Planta da Cidade da Barra do Rio Negro de 1844, copiada pelo capitão João Pedro Gusmão em 1853.

Fonte: Arquivo Histórico do Ministério do Exército. Rio de Janeiro.

2.2 Período áureo da borracha / A “Paris dos Trópicos” (1840 – 1920):

A vida econômica da região começa a prosperar com a exportação da castanha, arroz, cumaru, cacau, guaraná, urucum, couro e, principalmente, o látex da seringueira, e entre aproximadamente 1840 e 1920 a Amazônia entra numa fase de expansão gumífera, atraindo para a área um grande contingente de imigrantes nordestinos⁶ (primeiro ciclo migratório), além de estrangeiros (OLIVEIRA, 1983). A exploração da borracha, através do extrativismo, foi possível devido a dois fatores principais, sendo em primeiro lugar o desenvolvimento da indústria de pneumáticos, que possibilitou uma crescente demanda pelo consumo da borracha nos países industrializados da Europa e Estados Unidos da América e, portanto, favoreceu o crescimento da extração e exportação da borracha brasileira; em segundo, a borracha silvestre brasileira fez com que a Amazônia em pouco tempo fosse o principal fornecedor de látex em nível mundial, detendo indiscutível monopólio (DIAS, 1999). Cada vez mais requisitada, passa orientar a sua economia para atender a crescente demanda do mercado e, como consequência, gera mudanças significativas na paisagem de Manaus.

⁶ A trágica seca de 1877, que se estendeu até 1878, foi o principal motivo que levou a intensa migração nordestina para a região Amazônica. Estima-se que só em 1878 emigraram para a Amazônia em torno de cinquenta mil homens, mulheres e crianças.

Manaus, crise e territorialidade: o espaço-tempo dilacerado

Urbanisation in Latin America: Exclusion, Marginality and Conflict
Regional Studies Association – Latin America Division Conference



Este contexto econômico desdobrou inúmeros eventos na região Amazônica e, principalmente em Manaus onde, segundo Monteiro (1948), a cidade passa por uma transformação radical do ruralismo para o urbanismo, dando início a um período conhecido como fase áurea da borracha, materializada por um universo de ideias e práticas sustentadas pela representação simbólica sugerida pela imagem de cidade moderna e civilizada, vinculadas pelos discursos e experiências vindos das cidades europeias, principalmente de Paris.

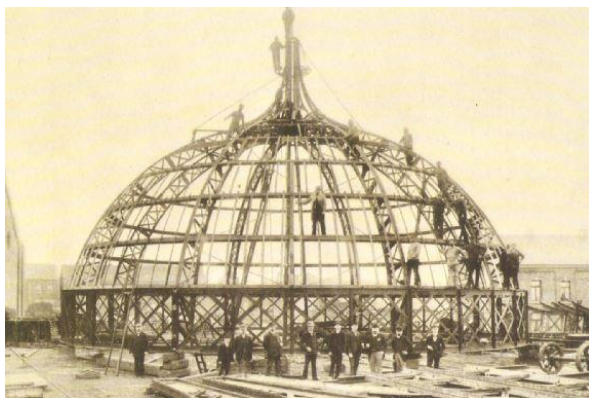
O ideal moderno vinha estruturado em práticas de melhoramento e embelezamento urbano, engendradas por um conjunto de intervenções pontuais, dominadas e geridas pelo Estado e pela elite, que se solidificavam com o crescimento econômico vindo da exploração e comercialização da borracha. O sonho da Paris dos Trópicos se tornava realidade, sustentadas pelas Posturas Municipais⁷, privilegiando os interesses da elite e orientadas por um caráter higienista, estético e disciplinador.

A representação de cidade moderna foi sendo construída pela imposição do poder, atreladas às questões econômicas, políticas e culturais de exemplos e interesses distantes, configurada pelo processo técnico e civilizador que se materializou no espaço e na vida da cidade.

Devo contudo lembrar, como cousa de urgente necessidade, a limpeza dos igarapés, que penetram o coração da capital, pois como todos sabem, é uma poderosa causa de moléstias o contacto com a água e vegetaes arrancados da terra. (NERY, 1854, p.328)⁸

Art 109. É proibido nas ruas e praças e estradas dar gritos, pronunciar palavras obscenas, fazer alaridos, vozerias, assuadas e correrias, sem ser para pedir socorro ou capturar algum criminoso. Sendo de dia o infractor incorrerá na multa de 10\$000 mil réis ou dois dias de prisão, e sendo de noite no dobro d'essa pena [...] [...] Art 112. É proibido andar-se semi-nú ou indecentemente vestido pelas ruas, praças e estradas da cidade sob pena da multa de 10\$000 mil réis ou dois dias de prisão⁹.

Negando, desprezando e velando suas especificidades históricas e geográficas, a representação da cidade moderna e desejada, conduzida e materializada pelos construtores e produtores da cidade, se impôs diante da cidade existente, vivida, sentida e consumida pelos habitantes do lugar.



Figuras: 5 e 6: A construção do Teatro Amazonas (1883 – 1896).

O projeto arquitetônico escolhido foi o de autoria do Gabinete Português de Engenharia e Arquitetura de Lisboa, em 1883. A obra transcorreu de forma lenta e somente no governo de Eduardo Ribeiro, no apogeu do ciclo da borracha, a construção tomou impulso com a vinda de arquitetos, construtores, pintores e escultores da Europa para a realização da obra. Inaugurado no dia 31 de dezembro de 1896. Fonte: Centro Cultural dos Povos da Amazônia - CCPA.

⁷ Nos Códigos de Posturas e Posturas Provisórias é comum a atenção dada às proibições dos usos dos igarapés para banhos, para lavar roupas, lavar animais, pegar água, entre outras advertências, demonstrando a imposição de novas relações de apropriação e de vivências do habitante com estes cursos d'água sob pena de pagamento de multas e detenção.

⁸ NERY, Coronel Silvério José. Anexo sobre as informações do estado sanitário da Província do Amazonas, 16 de julho de 1854, p. 328. Relatório do Presidente da Província do Amazonas reeditado em 1906, pelo Governador Antônio Constantino Nery, Volume I, 1852-1856.

⁹ Lei nº 23 de 06 de maio de 1893. Promulga o Código Municipal de "Manaus".

O látex alimentava o fausto capitalista, assim, a elite da borracha e os governantes promoveram intervenções que se iniciaram com a construção de pontes de madeira e com o aterro de igarapés (para ceder lugar à edificação), alargamento e calçamento de ruas e abertura de praças, e terminaram por dotar a cidade de serviço de transporte coletivo de bondes elétricos, telefonia, eletricidade, água encanada, porto flutuante, ruas retas e longas, calçadas com granito e pedras de liós importadas de Portugal, praças e jardins, fontes e monumentos, um teatro suntuoso, hotéis, cassinos, estabelecimentos bancários e palacetes.

As obras realizadas nesse período alteraram a concepção de espaço urbano e a relação com a natureza. Para tanto, mais do que configurar a cidade com espaços amplos, serviços de infra-estrutura e de lazer, adotou uma postura de excluir da vista pública tudo o que remetesse ao anterior atraso da região, sejam os igarapés, seja a população mais pobre, ambos afastados do convívio social.

A fim de tornar a cidade “moderna”, deflagra-se a campanha contra as tradições indígenas e culturais do homem da Amazônia para se adotar como “modelo de civilização” as cidades européias (MONTEIRO, 1948), fato que advém das próprias raízes históricas de nosso processo de colonização. Nessa fase, a borracha praticamente absorve toda a atividade econômica da região, porém, a Inglaterra começa a produzi-la em larga escala, em suas colônias no sudeste asiático, depois de ter contrabandeado mudas de seringueiras do Brasil.

Tabela 01: Exportações Brasileiras (1905 – 1909) em milhões de libras esterlinas

Ano	Café	Borracha	Outros	Total
1905	21,4	14,4	8,8	44,6
1906	27,6	14,1	11,4	53,1
1907	28,6	13,2	12,4	54,2
1908	23,1	12,5	8,5	44,1
1909	33,5	18,6	11,3	63,7
Total	134,2	73,1	52,4	259,7

Fonte: LOUREIRO, Antonio. *A grande crise (1908 – 1916)*. Manaus: Edição do Autor, 1986.

Assim, no início do século XX, entre 1910 e 1920, a borracha brasileira inicia seu processo de declínio¹⁰. O valor baixou e fez com que muitos aviadores, como eram chamados os empresários que contratavam seringueiros, vendessem toda a sua produção a valores muito inferiores aos investidos, além de endividar os cofres públicos que estocavam o material para elevação de preços. A crise dos produtores da borracha e o declínio da economia do látex podem ser entendidos como consequência da falta de estímulo do governo imperial que não criou programas de desenvolvimento e proteção aos produtores da borracha, pois estavam atrelados ao interesse econômico dos cafeicultores.

2.3 Período de estagnação (1920 – 1967):

Após passar um longo período tendo a vida econômica e social em torno do comércio da borracha, a cidade de Manaus chega à década de 1920 como uma cidade “vencida”, sem sua principal atividade econômica e sem conseguir vislumbrar novas alternativas. Assim, a decadência da produção da borracha atingiu toda a estrutura econômica e social da Amazônia, principalmente em Manaus. Muitos migrantes, atraídos para o trabalho no processo produtivo do látex, se viram sem condições de retornar a seus locais de origem, e permaneceram em Manaus, submetidos a precárias condições de vida (OLIVEIRA, 1983).

¹⁰ A borracha representou em média 28% dos recursos de todas as exportações brasileiras no período. Em 1910, a produção da borracha atingiu 38.177 toneladas e divisas na ordem de 24.646.000 libras esterlinas, representando quase 40% das exportações brasileiras. No ano seguinte, chegou ao ponto mais alto da produção com 44.296 toneladas, sendo responsável por divisas da ordem de 25 milhões de libras esterlinas. Considerando que neste período grande parte da borracha produzida no Brasil provinha da Amazônia, esses dados são tão mais significativos quando se considera que a população da região em 1910 era estimada em 1.217.024 habitantes, o que representava cerca de 5,3% da população do Brasil. A partir de 1911 ocorre o declínio da produção e dos preços, atingindo em 1920, quase a metade da produção do látex de 1911, com 23,8 toneladas cotadas a 1\$350 réis, quando em 1910 atingia 17\$800 réis. (OLIVEIRA, 2003).

A Segunda Guerra Mundial e o bloqueio dos seringais asiáticos determinaram um novo impulso à Amazônia, período esse denominado de “Batalha da Borracha” (segundo ciclo migratório), caracterizado por ser efêmero e passageiro, e pouco contribuindo para a superação da estagnação econômica que acometia a cidade.

[...] em plena Segunda Guerra, os japoneses cortaram o fornecimento de borracha para os Estados Unidos. Como resultado, milhares de brasileiros do Nordeste foram enviados para os seringais amazônicos, em nome da luta contra o nazismo. No final de 1941, os países aliados viam o esforço de guerra consumir rapidamente seus estoques de matérias-primas estratégicas. E nenhum caso era mais alarmante do que o da borracha. A entrada do Japão no conflito determinou o bloqueio definitivo dos produtores asiáticos de borracha. No princípio de 1942, o Japão controlava mais de 97% das regiões produtoras do Pacífico, tornando crítica a disponibilidade do produto para a indústria bélica dos aliados. Os migrantes que vieram para a Amazônia, em função do estado de guerra, recebeu um tratamento semelhante ao dos soldados. Mas, ao final, o saldo foi muito diferente: dos 20 mil combatentes na Itália, morreram apenas 454. Entre os quase 60 mil soldados da borracha, cerca da metade desapareceu na selva amazônica. (OLIVEIRA, 1983, p. 92)

De uma forma geral, esse período é marcado pela continuação do processo de urbanização iniciado no período da borracha¹¹. No entanto, em ritmo muito menos acelerado e sem nenhuma atividade econômica que promovesse o *boom* de crescimento identificado no período anterior (CARNEIRO FILHO, 1998). O declínio da economia teve o aspecto de um verdadeiro cataclismo para a cidade e, em função disso revela o “período da estagnação”, no qual a região amazônica, sem atividade econômica que lhe inserisse no mercado nacional, ganha o estigma de “região-problema” (RIBEIRO, 1998). O urbanismo adotado na cidade, desde o período anterior, provou-se extremamente fragmentado, ao promover uma reprodução social diferenciada. Assim, mais do que no período anterior, evidenciam-se os conflitos urbanos e as tensões sociais, que se espacializam sob a forma de segregação socioespacial (OLIVEIRA, 2003).

2.4 Manaus industrial (1967 - ...):

O principal marco desse período em Manaus contempla a efetiva instalação da Zona Franca de Manaus (ZFM), implantada em um Distrito Industrial que, ao longo dos tempos, passa a registrar impactos significativos junto à paisagem, tais como o aumento expressivo da população da cidade (terceiro ciclo migratório), e o agravamento da situação social e dos problemas de ordem ambiental (RIBEIRO, 1998). Sua história pode ser dividida em seis fases distintas, sendo:

Primeira fase da Zona Franca de Manaus (de 1957 a 1967): a ZFM era uma área de livre comércio de importação. O objetivo era gerar um comércio intenso, através da redução das alíquotas do Imposto de Importação, além de elevar as receitas portuárias e, consequentemente, criar postos de trabalho¹².

Segunda fase da Zona Franca de Manaus (de 1967 a 1975): o Decreto Lei nº 63.105/68, desapropriou uma área de 1.700 hectares, distante cinco quilômetros do centro da cidade, no início da rodovia BR-319. Indústrias, sobretudo de capital estrangeiro, se instalaram no local, atraindo mão-de-obra oriunda, especialmente do interior do Estado, na busca de emprego, apesar dos baixos salários. Essa fase caracterizava-se pelo incentivo à substituição de importações pela produção de bens finais e formação de mercado interno. Isso estimulado pela venda de produtos cuja importação estava proibida no restante do país. A ZFM funcionou como um grande *shopping center*, atraindo turistas e investidores. Foi caracterizada pelo contingenciamento cambial, porque restringia as importações através de quotas anuais e detinha assim o avanço industrial do modelo que começava a prosperar.

Terceira fase da Zona Franca de Manaus (de 1975 a 1990): com índices mínimos de nacionalização e limites máximos globais anuais de importação é prorrogado o prazo de vigência do modelo ZFM, de 1997 para 2007, e com o advento da nova Constituição em 1988 foi novamente prorrogado até 2013. Essa mesma fase apresentou um crescimento da atividade das indústrias de montagem, e maior desenvolvimento da indústria nacional de componentes. Somente em 1990, a indústria manauara faturou US\$ 8,4 bilhões e gerou cerca de

¹¹ Em 1950 surge o Banco de Crédito da Borracha, como consequência do Acordo de Washington, transformando-se mais tarde em Banco de Crédito da Amazônia; em 1952 foi criado o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); e em 1953 a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

¹² A partir dos Ciclos de Desenvolvimento do Brasil, a referida fase está inserida no chamado Ciclo Nação e Desenvolvimento. Aqui é demonstrado na intenção de evidenciar cronologicamente a estratégia de implantação da Zona Franca de Manaus.

80 mil empregos diretos. O comércio continuou com o papel de dinamizador da economia. Além disso, os incentivos da ZFM foram estendidos para toda Amazônia Ocidental.

Quarta fase da Zona Franca de Manaus (de 1991 a 1996): a nova política industrial de comércio exterior, já marcada pela abertura da economia brasileira. O país todo passou a receber produtos importados, com baixo preço por meio da redução do Imposto de Importação, algo do qual só Manaus desfrutava. Era o Brasil que entrava na era da globalização. Isso provocou mudanças radicais no modelo. A ZFM foi obrigada a adaptar-se à nova política industrial do país, com maior observância à qualidade, produtividade e competitividade. Durante a primeira metade da década de 1990, as indústrias do Polo Industrial de Manaus deram início ao processo de modernização, implantando a automação, com ênfase na qualidade e produtividade. Com a reestruturação, houve em 1996 um faturamento recorde, de US\$ 13,2 bilhões.

Quinta fase da Zona Franca de Manaus (a partir de 2003): entra em vigor a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que preconiza mais eficiência na produção e maior capacidade inovadora das empresas, com vistas ao incremento das exportações. Entre os tópicos abordados pelo PDP está a pesquisa e desenvolvimento, onde o setor privado terá de investir mais, a fim de se gerar tecnologia. O Plano recomenda a ampliação das exportações, inclusive para as micros e pequenas empresas. Em 2006 foi regulamentada, por meio de decreto presidencial, a nova Lei de Informática, prorrogando de 2009 até 2019 os incentivos para o setor em todo país. O prazo de vigência da ZFM foi prorrogado de 2013 para 2023, por meio da Emenda Constitucional, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2003.

Sexta fase da Zona Franca de Manaus: atualmente é possível elucidar uma nova fase junto à dinâmica produtiva do Polo Industrial de Manaus, por meio da chamada descentralização ou reestruturação produtiva, na intenção de organizar o funcionamento interno da empresa através da subcontratação de certas fases do processo de produção, ou de certas atividades-meio, como fenômeno flexibilizador que projeta suas consequências econômicas em diversas frentes. Ao mesmo tempo em que permite agilizar a estrutura de funcionamento da empresa mediante a fragmentação do seu ciclo produtivo - na busca por uma posição mais competitiva no mercado através da redução de custos - também se coloca como forte causa da precarização do mercado de trabalho¹³. Além de efeitos colaterais no sistema produtivo, a cidade tende a acomodar novas territorialidades junto ao Distrito Industrial, evidenciando fenômenos urbanos estimulado por uma possível paisagem inóspita devido a essa nova forma de produzir e comercializar.

3.0 A “DIVINA DECADÊNCIA”:

O território da cidade de Manaus no período compreendido entre 1920 a 1967 se desenvolveu pelo encadeamento de continuidades e rupturas, em um sistema de ações que em alguns momentos eram dramáticas, marcadas pela queda do preço da borracha e pela crise política. Ao mesmo tempo em que os sujeitos se confrontam, a cidade continuou a existir emoldurada por contradições de classes (capital x salário), sociais (patrões x empregados), políticas (governantes x governados) e espaciais (centro x periferia). A resistência, do ponto de vista socioespacial, se constitui baseada no inconformismo com as novas relações sociais de produção que se empunham, e este processo, no tempo e no espaço, refletem múltiplas dimensões da vida que se desenrolam, das quais ficam resíduos na paisagem urbana.

A espacialidade da cidade de Manaus com a crise da borracha, mais do que no período anterior, se produz a partir da margem. Aparece a cidade dos pobres e os charcos dos terrenos baldios que serviram de aterros para os igarapés. A elite se vai e a que fica passa a ocupar os casarões degradados; é a divina decadência. (OLIVEIRA, 2003, p. 48-49)

Adota-se como noção de paisagem urbana o resultado das determinações das políticas públicas e das relações sociais de produção, fazendo com que a paisagem citadina contenha vida, sentimentos e emoções traduzidos no cotidiano das pessoas, partindo de relações sociais que se transformam em relações socioespaciais,

¹³ O perverso nisso é que o capital não esboçou qualquer preocupação com a vida desses trabalhadores: não dotou a cidade de infraestrutura urbana no que tange a organização do seu tecido social; o poder público não investiu em políticas de acesso universalizado a educação; e as empresas do Distrito Industrial não investiram em qualificação profissional, mantendo sempre a mão-de-obra desqualificada para o mercado atual.

demonstrando que a paisagem urbana não pode ser considerada como simples imagem ou localização, mas como resultado das ações concretas promovidas por sujeitos reais.

Como resultado dessa complexa relação, o espaço surge setorizado, reduzido a um meio homogêneo e, contudo, fragmentado, diferenciado e vendido aos pedaços, onde parte significativa da população teve seu cotidiano reduzido a migalhas, sendo continuamente afastada das conquistas que as transformações ocorridas na cidade, no período da borracha, poderiam possibilitar. Produziu assim um espaço urbano reduzido a “cacos” articulados que, a todo custo, a centralidade imposta pelo poder coercitivo atraiu, normatizou e hierarquizou. A centralidade que se impôs tentou reduzir as diferenças e produzir um espaço urbano homogêneo, porém um adjetivo aparente, visto que a cidade estava fragmentada, permitindo identificar várias cidades dentro da cidade de Manaus.

Os embelezamentos da cidade de Manaus retiraram os pobres do alcance da visão, explicitando a divisão de classes na cidade... Isso ocorre porque o espaço é homogêneo apenas na aparência, pois a produção do espaço é sempre contraditória e o conjunto homogêneo esvai-se pelas contradições inerentes à sua própria lógica e, com isso, a fragmentação dos detalhes emerge. São contestações que surgem aqui e ali sob diferentes maneiras, como se a negação criadora moldasse centros precários e momentâneos que escapam ao urbanismo racional. (OLIVEIRA, 2003, p. 23)¹⁴

Vale ressaltar que as evidências sociais, políticas, econômicas, culturais e territoriais retratadas neste período foram facilitadas pela condição de “descolamento” da Amazônia diante do projeto desenvolvimentista do Brasil, partindo de um arquipélago econômico, com a exploração da borracha e, como consequência, a consolidação de um arquipélago citadino, a cidade de Manaus, onde, somente a partir da década de 60 deixa sua condição de feudo oligárquico da federação para integrar um projeto bastante controverso de ocupação e desenvolvimento.

3.1 Brincando nos campos do senhor:

O espaço urbano que se produz em Manaus no período de 1920 a 1967 não é único, pois está contido em uma totalidade que inclui tanto o processo de desenvolvimento da Amazônia como a forma de produção da sociedade nacional, refletindo a maneira da espacialização de outras cidades brasileiras assinalada pela contradição: as ilhas de luxo, riqueza e bem-estar cercadas de extrema miséria por todos os lados.

Nesse processo, o Estado, por meio das políticas públicas urbanas, contribuiu para a produção do espaço dicotômico que caracteriza a maioria das cidades brasileiras (OLIVEIRA, 2003), onde por ação ou omissão, produziu um espaço revelador de sua natureza inerente, aqui tratada não como uma entidade superior, neutra, constituída a partir de elementos desvinculados de classes e grupos sociais, e também, não apenas como mero instrumento do capital. O Estado foi um dos agentes produtores da cidade que se consolida a partir de conflitos dos sujeitos – atores concretos – cujas ações são espacializadas. Portanto, o Estado não representa apenas os interesses do capital, porém os expressa, confirmando uma série de políticas públicas que contribuem para a produção diferenciada do espaço urbano, provendo as áreas de reprodução do capital que, em decorrência desse processo, concretizam desigualdades sociais e, consequentemente, desigualdades socioespaciais. Dessa maneira, a espacialidade da cidade decorre de conflitos entre os vários sujeitos, onde prevalecem os interesses de setores ou segmentos das classes mais poderosas e atuantes, que impõe ao Estado mecanismos de controle capazes de garantir suas necessidades em prejuízo dos demais segmentos da sociedade.

Em Manaus, a atuação do Estado, aparece de forma explícita introduzindo novas relações sociais, separando, controlando e dirigindo a produção do espaço. Entretanto, como no resto da Amazônia, nunca se constituiu um Estado baseado nos princípios universais, ou seja, num sistema de leis válido para todos, ficou estabelecida a violência ideológica de que em Manaus tudo está por fazer, reforçando assim, a famosa frase do Governador Eduardo Ribeiro: “*encontrei uma aldeia e dela fiz uma cidade moderna*”.

Este conceito solidificou o espaço citadino de Manaus enquanto meio e condição para o avanço das relações capitalistas, sujeitando-se às dimensões do global e do poder político do Estado, aniquilando tempos e espaços,

¹⁴ Milton Santos (1997) assinala que são os pobres na cidade que mais fixamente olham para o futuro, o que não significa fazer uma apologia à pobreza, mas compreender a vida das pessoas, de onde brotam dimensões de espacialidade que quase sempre são desconsideradas, pois estão contaminadas por coisas simples, transmutada numa sensação de extrema obriedade pela frequência do estar sempre por aí.

pondo fim às contradições e neutralizando o que resiste. Este Estado não se dá na perspectiva de mediação, mas de defesa dos interesses que se colocam claramente contrários aos das populações locais, evidenciando-o como instrumento de reprodução social diferenciada, que se materializa por meio de construções de pontes, rede de esgoto, energia elétrica, trilhos de bondes, porto e edifícios suntuosos, explodindo dimensões pretéritas - quer fossem naturais ou sociais - perdurando enquanto modelo a ser seguido, mesmo em tempos de crise.

3.2 Os “novos territórios”:

Com a crise da borracha, as relações sócio espaciais passam a explicitar contradições resultantes da produção da cidade numa sociedade desigual. Apesar de tensões que atingiram quase todos os setores da vida pública, é no espaço que serão materializadas as principais expressões na contramão de um modelo inadequado em uma cidade isolada dentro da floresta.

3.2.1 Os fluxos migratórios:

A região Amazônica registrou, até o período aqui estudado, um fluxo migratório significativo que transitou de outras regiões do país, como também, do rural (ligado à produção da borracha) para o urbano, neste caso, para a cidade de Manaus, na busca de melhores condições de vida, em decorrência das crises dos seringais. Cronologicamente podemos destacar: **Primeiro Ciclo Migratório (1877-1878)**: em decorrência da seca nordestina estima-se um contingente em torno de 50.000 homens, mulheres e crianças; **Ciclo Interno de Migração (1912 a 1922)**: em decorrência da primeira crise da borracha estima-se um contingente em torno de 10.000 migrantes oriundos dos seringais para a cidade de Manaus; **Segundo Ciclo Migratório (1942 a 1945)**: em decorrência da ativação dos seringais, devido a Segunda Guerra Mundial, estima-se um contingente em torno de 60.000 “soldados da borracha”. Os referidos dados misturam fluxos externos (de outras localidades) e fluxos internos (do urbano para o rural). **Terceiro Ciclo Migratório (a partir de 1967)**: em decorrência da Zona Franca de Manaus estima-se um fluxo migratório onde se destaca o êxodo rural, porém, não descarta um contingente exógeno, advindos de outras regiões do país. Os referidos fluxos migratórios, somados às relações sócio espaciais cultivadas em Manaus, passam a evidenciar o desenho de um abismo entre ricos e pobres, expressos na morfologia da cidade, e na expansão de suas fronteiras urbanas rumo ao Norte do território manauara.

Tabela 02: População do Amazonas e de Manaus (1900 – 1970)

Ano	População/Estado	População/Manaus	% de Manaus	% de cresc. de Manaus
1900	249.756	50.300	20,1%	---
1920	363.166	75.704	20,8%	50,5%
1940	438.008	106.399	24,3%	40,5%
1950	541.099	139.620	27,2%	31,2%
1960	708.459	173.703	24,5%	24,4%
1970	955.235	311.622	32,2%	79,3%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE.

3.2.2 A “Cidade Flutuante” (1920 a 1967):

Teve o seu início em decorrência do declínio do fausto da borracha, com a falência dos seringalistas, que levou uma multidão de seringueiros, sem ter onde morar, a construir suas casas sobre as águas do Rio Negro e pelos igarapés de Manaus.

As casas eram de madeiras, construídas sobre troncos de árvores, tornando-as flutuantes, com cobertura de palha e zinco, formando um imenso aglomerado. Era tão grande que chegou a ser considerada uma “cidade” dentro da cidade de Manaus, chegando em 1966 com aproximadamente 1.950 flutuantes e aproximadamente 12.000 moradores.

Segundo relatos, no local existia além de moradias, todo tipo de comércio: estivas, ferragens, restaurantes, gabinetes de dentistas, consultórios médicos, drogarias, oficinas mecânicas de consertos de motores marítimos, venda de borrachas, castanhas, jutas, couros e peles de animais, etc. A maior parte se concentrava em frente da Igreja dos Remédios (localizada no Centro de Manaus), e muitas ficavam até 150 metros da margem do rio.



Figuras: 7 e 8: A Cidade Flutuante (1920 – 1967).

Fonte: Centro Cultural dos Povos da Amazônia - CCPA.

Em 1965, o governador Arthur Reis (1964 a 1967), sob forte pressão do Comando Militar da Amazônia e da Capitania dos Portos, respaldado pelo governo militar, desarticulou a cidade flutuante, transferindo seus moradores para diversos bairros, dentre eles destacamos Alvorada, Coroadó, Conjunto Costa e Silva e Santo Antônio.

Um aspecto relevante para o surgimento e ampliação da cidade flutuante é que a água, ao contrário da terra, não se constitui propriedade privada, portanto não é mercadoria na perspectiva de moradia e, consequentemente, do capital. Isso representou para a população um meio de diminuição de custos, visto que não havia a necessidade de compra de lotes.

3.2.3 Os serviços públicos:

Na década de 1920, como resultado do *boom* da borracha, os serviços públicos urbanos como transporte, abastecimento de água, luz, telégrafo e porto eram concedidos a empresas privadas e explorados por companhias estrangeiras, fortalecendo a ideia de que Manaus continuaria um arquipélago econômico e citadino, sem relação com os projetos do Brasil centro sulista.

As principais empresas concessionárias de serviço público eram: Manaus Harbour Ltd., empresa inglesa que desde 1902 explorava o porto de Manaus; The Amazon Telegraph Company Ltd., que possuía a concessão do serviço de telégrafo desde 1895; The Amazon River Steam Navigation Company, empresa de capital americano que, em 1911, substituiu a subsidiária inglesa The Amazon Steamship Navigation Company Ltd., que possuía a concessão da navegação fluvial na bacia amazônica; Manaus Improvements Ltd., empresa com atuação nos serviços de água e esgoto; The Manaus Markets and Slaughterhouse, que controlava o mercado e o matadouro; Manaus Electric Light Company que possuía a concessão de fornecimento de luz elétrica de 1896 até 1909, quando repassou para The Manaus Railway and Light Company Ltd., que também passou a explorar o serviço de transporte urbano de bonde.

3.2.4 O planejamento urbano, a harmonia e “outras cositas más”:

Dois aspectos são fundamentais para o entendimento da cidade no referido período estudado. O primeiro é a ausência de planejamento urbano, afinal, as ações do poder público limitavam-se ora à abertura de vias ou retificação de outras já existentes com aterros de valas, alinhamento e calçamento das principais vias da cidade, ora à solução de problemas pontuais, como coleta de lixo, conservação de cemitérios, fiscalização de feiras, do mercado e do matadouro. O segundo aspecto, que de certa maneira decorre do primeiro, está relacionado às transformações e permanências da cidade de Manaus, para as quais raramente houve administradores municipais arrojados, sendo que uma das causas era que a Superintendência e depois a Prefeitura, no período de 1920 a 1967, tinha o seu ocupante nomeado pelo Governador, o que lhe dava pouca autonomia e capacidade de ação.

Essa ligação entre o Poder Municipal e Estadual foi, entre outros fatores, responsáveis pela inexistência de políticas autônomas para a cidade, bem como inibiu o aparecimento de lideranças capazes de propor e

executar ações públicas que conferisse à cidade um projeto urbanístico propriamente dito. Importante ressaltar que até a década de 1970 a cidade não possuía um plano de ação que desse conta de políticas urbanas, e o que haviam eram códigos de posturas, descritos por meio de normas voltadas para a conformação da cidade, não antecipando aos problemas, tentando, quando muito, corrigi-los. A visão que predominava na cidade de Manaus era de traços bem ordenados onde o Estado aparece como entidade superior e neutra, contribuindo para a evolução da cidade, desempenhando um papel “pacificador” junto à relação entre a natureza e a sociedade, representando a cidade como uma sucessão de harmonias sem conflitos e gozando da mais perfeita ordem.

Quero ver neles pessoas cumprimentando-se civilizadamente e perguntando-se uma à outras pelo bem-estar de suas famílias; quero que nas noites enluaradas as pessoas coloquem cadeiras nas calçadas, onde conversarão sobre coisas importantes [...] [...] de quando em quando, corre entre elas um cafezinho passado na hora, acompanhados de biscoitinhos de manteiga feitos em casa; quero que a calma das ruas, nas madrugadas, seja regida pelo apito merencório do guarda-noturno, entrando pelas janelas que dormirão abertas, pois a cidade não conhecerá aparelhos de ar condicionado, nem terá medo de ladrões. (PORTO, 1994, p.20)

Essa noção bucólica resulta de determinada visão da cidade onde há a atenuação das contradições, afastando-as do centro, e posicionando os pobres, os trabalhadores e os mendigos em “esconderijos” periféricos a fim de não quebrar a referida harmonia. Um exemplo operacional desse conceito aparece no primeiro semestre de 1920, onde o Superintendente Municipal Basílio Torreão Franco de Sá, no relatório apresentado à Intendência Municipal, destaca o esforço em recuperar a dimensão da modernidade que a cidade possuía anteriormente. Assim, enumera a recuperação de várias praças e destaca a “limpeza” da parte central da cidade com o recolhimento dos hansenianos. A retirada dos hansenianos tinha o objetivo prático de evitar que eles vagassem pelo centro da cidade, livrando os moradores e visitantes de vê-los expor a tragédia da decadência da sociedade e a maneira desigual como a cidade se produz. O mais relevante é que a retirada dos hansenianos constituía um ato simbólico do poder público, em esconder o que expusesse as contradições, a fim de não prejudicar a imagem da cidade moderna.

Em todas as suas formas, das menores as mais horríveis, logo se faz notar, examinando nosso quadro nosológico, esse terrível mal que é a lepra. Nesta Capital, infelizmente o único ponto do Estado onde ainda se faz um começo de estatística, eleva-se já à espantosa proporção o número de leprosos. Grande parte desses infelizes, impossibilitados de trabalhar, espalham-se pelas ruas implorando a caridade pública. Juntam-se aos mendigos e o triste espetáculo era o que podia haver de mais deprimente para os nossos créditos de cidade moderna (Relato apresentado à Intendência Municipal em 14 de julho de 1920, p.15).

Essas práticas permitem a compreensão do papel das políticas públicas, na produção do espaço urbano, cujos traços recorrentes eram de exclusão e segregação social. São como muros que encerram o lado negativo dessa cidade com a qual a elite manauara ainda sonhava.

3.2.5 O prelúdio da Zona Franca de Manaus (1957):

Em 1956, o presidente Juscelino Kubitschek, diante das prioridades elencadas no seu plano de governo, discursa no Clube Ideal, sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia:

[...] a Amazônia não pode ser apenas um tema literário, um assunto internacional, um paraíso de histórias exóticas, um campo para aventureiro em busca de emoções novas. A Amazônia não é mais um mundo ao nascer, um mundo estirando os braços ao seu despertar. A Amazônia é um problema de governo que deve ser colocado com grandeza e exatidão. É mais do que um problema de governo: é na verdade um problema de consciência da nacionalidade¹⁵.

Em 1957 foi criada a Zona Franca de Manaus (ZFM), com uma política de incentivos fiscais, e paralelamente crescia a insatisfação da elite manauara com o descaso do Governo Federal, pressionando assim para a substituição da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a instituição da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, no governo militar do presidente Castelo Branco. O plano de desenvolvimento para a Amazônia mudou. Já não era mais em função de pressões e interesses políticos regionais, mas do projeto de integração nacional das Forças Armadas. O Estado, por meio da SUDAM, atuava de outro modo: montava a infraestrutura indispensável para a ocorrência do

¹⁵ O texto é original apresentando acentuação ortográfica da época. Apesar do discurso, as ações de desenvolvimento nacional foram concentradas em São Paulo, beneficiando também o Rio de Janeiro e o sul de Minas Gerais.

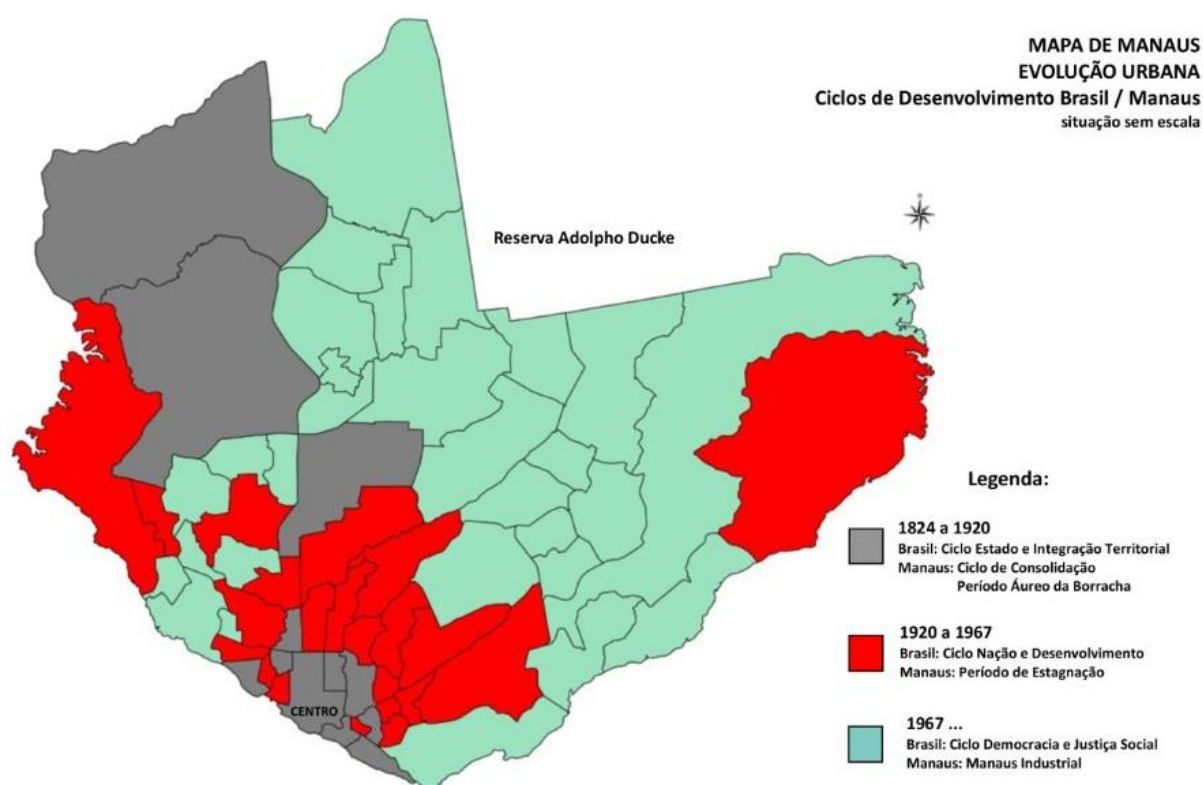
Manaus, crise e territorialidade: o espaço-tempo dilacerado

Urbanisation in Latin America: Exclusion, Marginality and Conflict
Regional Studies Association – Latin America Division Conference



desenvolvimento por intermédio da iniciativa privada, nacional, ou mesmo estrangeira, com o estímulo dos incentivos fiscais. Os militares tinham uma visão geopolítica acentuada sobre a fragilidade da soberania brasileira nas fronteiras da imensa Amazônia, e nessa visão, fazer avançar a presença brasileira sobre a fronteira norte significava ocupar espaço econômico para preencher o espaço político (“integrar para não entregar”)¹⁶.

Após uma década da criação da ZFM, esse marasmo econômico levou a uma ação de exposição de motivos (Exposição de Motivos nº 21 de 27/02/1967), em que narrava-se que Manaus não estava atingindo os objetivos almejados para a economia da Amazônia e que a experiência decorrida de dez anos não alcançaria a meta do desenvolvimento desejado para aquela área, nos moldes como fora concebido originalmente em lei. No dia seguinte, num ato/resposta às dificuldades econômicas relatadas na citada carta - no andamento final da administração de Castello Branco – fica instituído que os incentivos fiscais passem a vigorar por 30 anos, consolidando um pólo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia¹⁷.



Mapa 1: Evolução urbana de Manaus a partir dos três Ciclos de Desenvolvimento.

A não homogeneidade dos períodos em relação ao mapa de Manaus se dá devido à existência de barreiras junto à paisagem que só foram transpostas em outros períodos, motivados por eventos peculiares.

Fonte: Elaborada pelo autor.

¹⁶ Manaus, na década de 1960, tinha uma população que não atraía investimentos, porém, definha em termos urbanos, econômicos e sociais. Tinha uma universidade estagnada, suportando grave falta de energia elétrica, com um mercado de consumo ínfimo e com baixo poder aquisitivo, um sistema de transporte e comunicação problemáticos, mantendo-se isolada dos centros do poder político, e distante do litoral. Manaus exibia grande fragilidade econômica e sem perspectiva de melhora.

¹⁷ Ainda naquele ano, o Governo Federal define a Amazônia Ocidental (compreendendo os estados do Amazonas e do Acre e dos ainda territórios federais de Rondônia e Roraima), na intenção de promover a ocupação dessa região e elevar o grau de segurança, na intenção de manter a integridade territorial do país. Em 1968 amplia os benefícios da Zona Franca de Manaus a toda Amazônia ocidental, e dentro desse contexto – regional, nacional e mundial – teve sua existência viabilizada.

4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A “REGIÃO PROBLEMA”

Os efeitos do referido período aqui estudado posicionam a Amazônia e, consequentemente a cidade de Manaus, na condição de “região problema”, cultivada desde a década de 1920 – sem a sua principal atividade econômica e sem perspectivas de novas alternativas – perdurando até a segunda metade da década de 1950, com o início da Zona Franca, porém, só materializada a partir de 1967, por um projeto confuso e controverso e de objetivos sobrepostos.

As transformações e permanências que se estabeleceram na Manaus de 1920 a 1967 apontam para o entendimento de um processo fundamentado em um específico tripé: a destruição das formas espaciais existentes (iniciada no período áureo da borracha); a criação das resistências (enquanto sobrevivência na cidade); e a reconstrução de formas e conteúdos espaciais dotados de novas dimensões e significados. Este cenário permanece isolado do Brasil, apesar de estar inserido, conforme Cordeiro (2014) no chamado Ciclo Nação e Desenvolvimento, e só será animado no período da Ditadura Militar (1964 a 1985), partindo inicialmente de um projeto de consolidação fronteiriça, fundamentada na ideia da Segurança Nacional, e que teve como efeito uma industrialização tardia, manca e incompleta, que devido ao hiato temporal aqui estudado, encontrou uma Amazônia orquestrada pela alta concentração fundiária, a ocupação desordenada de terras públicas, a expropriação de populações tradicionais, a invasão de terras indígenas, o desmatamento, a enorme desigualdade social, entre outras realidades que perduram até os dias atuais¹⁸.

Na vasta bibliografia existente sobre o projeto desenvolvimentista do Brasil, pouco se fala de uma população amazônica, e quando citada, posiciona a região, em quase todos os casos, em uma periferia primitiva e atrasada, inóspita, de vazio demográfico, com uma hidrografia de potencial energético, um território que só serviu de exploração e exportação da economia primária, e também, como sumidouro para os excedentes populacionais que eram expulsos pela mecanização da agricultura e pela concentração da posse de terra em locais como o Paraná e o nordeste do Brasil. A ideologia do “progresso” brasileiro, sempre foi pautada pela ideia de industrialização, e foi essa a solução redentora para a região Amazônica, porém, continuando a exploração dos recursos naturais e minerais que a floresta pudesse proporcionar, sem levar em consideração as questões ambientais e sociais da região.

A caminho do fim, este presente artigo procurou descortinar uma relação de tempo e de espaço da cidade de Manaus, desenhada enquanto arquipélago sócio econômico que, quando revisitada, no âmbito do Estado Nacional, surge enquanto ideologia progressista ligada primeiramente à consolidação de uma rede, emoldurada por questões de defesa e segurança nas áreas de fronteira, tendo a industrialização como esforço encontrado para materializar tal domínio.

O conceito de rede, neste caso, assume a propriedade de conexidade onde, segundo Dias (2000), é através da conexão de seus nós que, simultaneamente, tem a potencialidade de solidarizar ou de excluir, de promover a ordem e a desordem. Ademais, é uma forma particular de organização e, no âmbito dos processos de integração, de desintegração e de exclusão espacial a rede aparece como instrumento que viabiliza duas estratégias: circular e comunicar¹⁹.

No âmbito urbano, Manaus no período aqui estudado, acumulou uma relação socioespacial complexa que quando sobreposta à industrialização só reforçou as desigualdades, chegando ao ponto de legitimar algumas

¹⁸ “Quero abrir uma estrada que leve homens sem terra para uma terra sem homens.” (ex-presidente Emílio Garrastazu Médici). Importante destacar a existência de algumas tentativas de integração nacional, junto à região Amazônica, como por exemplo, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907 – 1912), substituída pela BR-425 e BR-364, e a rodovia Belém-Brasília (BR-010), a Cuiabá-Santarém (BR-163) e a Transamazônica (BR-230). Porém, das que não fracassaram, nenhuma delas alcançou Manaus devido a uma série de dificuldades das quais é possível destacar o alto custo, o embate junto aos povos indígenas, a dificuldade de acesso somadas as tecnologias existentes, os animais e as doenças tropicais, o desconhecimento e outras ligadas às especificidades de cada projeto.

¹⁹ As redes contemplam duas dimensões distintas, sendo a primeira física, inscrita sobre um território, e uma segunda, social e política, manifestada pelas pessoas, mensagens e valores envolvidos. Ambas são animadas por fluxos, tornando-se dinâmicas e ativas, porém, conforme Santos (1978), não trazem em si mesmas seu princípio dinâmico, que é o movimento social. Este é animado tanto por dinâmicas locais como globais, notadamente demandadas pelas grandes organizações.

Manaus, crise e territorialidade: o espaço-tempo dilacerado

Urbanisation in Latin America: Exclusion, Marginality and Conflict
Regional Studies Association – Latin America Division Conference



delas, como por exemplo, o posicionamento e os deslocamentos dos pobres, a segregação espacial e a periferização, reforçando a ideia de que os desdobramentos urbanos ao longo desse tempo só evidenciaram mecanismos que reforçaram ao projeto inicial de modernidade, em momento algum preocupada em preservar aquilo que tinha (e ainda tem) de diferente: o seu patrimônio natural e cultural que ao contrário, foi (e ainda está sendo) destruído.

Enfim, juntar os cacos de um determinado período obscuro da história de Manaus, torna-se uma atividade detetivesca que, apesar das poucas fontes, ajuda a esclarecer de onde viemos, como chegamos até aqui e principalmente, para onde estamos indo.

REFERÊNCIAS:

BITTENCOURT, Agnello. *Fundação de Manaus: Pródornos e Seqüências*. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 1999.

CARNEIRO FILHO, Arnaldo. Manaus: fortaleza extrativismo – cidade, um histórico da dinâmica urbana amazônica. In: ROJAS, Luisa Basília Iñiquez; TOLEDO, Luciano Medeiros de (org.). *Espaço & Doença: um olhar sobre o Amazonas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

CORDEIRO, Rui Mesquita. *Os projetos de desenvolvimento do Brasil contemporâneo*. Revista de Economia Política, vol. 34, n. 02, p. 230-248, 2014.

DIAS, Edinéia Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus – 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 1999.

DIAS, Leila. C.. *Redes: emergência e organização*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

DINIZ, Clélio Campolina e LEMOS, Mauro Borges (Org.). *Economia e Território*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *Espacio y Política*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

_____. *La Production de l'Espace*. Paris : Anthropos, 1986.

_____. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCHI, M. M. e MARTINS, José de Souza (Org.). *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fundação de Manaus*. 3. ed. Manaus: Conquista, 1948.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação humana. In: *Amazônia: desenvolvimento, integração, ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Ed. Valer, 2003.

PORTO, Arlindo. *O regatão da saudade*. Manaus: Editora Humberto Calderaro, 1994.

RIBEIRO, Miguel Ângelo C. A rede urbana da Amazônia sob o impacto das políticas territoriais. In: *A complexidade da rede urbana amazônica: três dimensões de análise*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de doutorado, 1998.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 4. ed. São Paulo: Editora Nobel, 1997.

_____. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Editora Hucitec/Edusp, 1978.

_____. O retorno do território. In.: SANTOS, Milton ; SOUZA, Maria A. ; SILVEIRA, Maria L. *Território – Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

Manaus, crise e territorialidade: o espaço-tempo dilacerado

Urbanisation in Latin America: Exclusion, Marginality and Conflict
Regional Studies Association – Latin America Division Conference



SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo: Ed. Companhia Nacional, 1977.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1989.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.